

O Maio de 68 na Europa – Estado e Revolução

The May of 68 in Europe – State and Revolution

Raquel Varela

IHC-Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail:
raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

Roberto della Santa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail:
beto.dellasanta@gmail.com

Artigo recebido em 12/04/2018 e aceito em 26/04/2018.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License

Resumo

Há 50 anos, em Maio de Junho de 1968, teve lugar a maior greve geral da história da Europa. Esta representa um marco na história da Europa e do Mundo. Na Europa, trata-se de uma revolução num país capitalista avançado, que une trabalho manual a intelectual e, pela primeira vez desde a Guerra, coloca em causa a hegemonia dos partidos pró URSS na direcção da classe trabalhadora. No mundo, o Maio de 68 representa uma época histórica marcada pelo protagonismo de lutas sociais que colocaram os "de baixo" no epicentro do processo histórico: Berkeley, Londres, México, Praga, Turim e Paris. Neste artigo olhamos os acontecimentos nas cidades europeias, e como eles marcaram uma época no século XX.

Palavras-chaves: Maio 68; História da classe trabalhadora; Europa; Movimentos sociais.

Abstract

Fifty years ago, in May of 1968, the largest general strike in the history of Europe took place. This represents a milestone in the history of Europe and the world. In Europe it is a revolution in an advanced capitalist country, which combines manual and intellectual work and, for the first time since the war, calls into question the hegemony of pro-USSR parties in the direction of the working class. In the world, May 1968 represents a historical era marked by the protagonism of social struggles that put the working classes at the epicenter of the historical process: Berkeley, London, Mexico, Prague, Turin and Paris. In this article we look at events in European cities, and how they marked an era in the twentieth century.

Keywords: May 68; Working class history; Europe; Social movements.

Introdução

“Quando a Assembleia Nacional se torna um teatro, todos os teatros burgueses devem tornar-se assembleias nacionais”¹
Teatro Ódeon, Paris, Maio de 1968

“O nosso destino será feito pelas nossas mãos.”²
Relato do 1 de Maio em liberdade em Portugal, 1974.

O Maio de 68, a revolução, de novo «o impossível torna-se inevitável»

Em Maio e Junho de 1968 teve lugar em França a maior greve da história do país. Ela paralisou a França, levando ao desabastecimento, “as necessidades humanas, normalmente tidas por garantidas, agora apareciam visivelmente como um produto do trabalho humano”³. Mas o seu alcance extravasou em muito Paris – e da Cidade Luz ao México a Buenos Aires, de Pequim a Berlim, de Parga a Turim, todo o mundo viveu o “Maio de 68”. As classes altas e dirigentes ficaram aflitas. Os estudantes, as classes trabalhadoras e os intelectuais, na sua maioria, com um entusiasmo revigorante: “Nós lutaremos, nós venceremos, em Paris, Roma, Londres e Berlim”⁴.

Se as duas maiores revoluções da Europa do pós guerra - Portugal em 1974 e a Polónia em 1980-81 – foram realizadas em países com ditaduras, sem tradição quer de democracia quer de partidos reformistas, o Maio de 68 veio, pelo contrário, mostrar que era possível contestar a acumulação capitalista e a propriedade privada, ocupando as fábricas, exercendo controlo operário sobre a produção, num país capitalista, avançado, com um regime de democracia burguesa. Para a esquerda revolucionária mundial foi, recorda Birchall, a prova de que era realista pensar em revoluções no ocidente.⁵ Para as classes dirigentes da Europa foi assustador.

Charles De Gaulle chegou a ficar sem reacção durante vários dias. Pouca ajuda podia ter então dos seus países irmãos – nas fábricas de Turim, nas ruas de Berlim, nas cidades dos

¹ Ian Birchall, «France 1968. “All Power to the Imagination”», In Colin Barker (ed), *Revolutionary Rehearsals*, London/Chicago, Bookmarks, 1987, p. 23.

² *Diário de Lisboa*, 2 de Maio de 1974, p. 12.

³ Ian Birchall, «France 1968. “All Power to the Imagination”», In Colin Barker (ed), *Revolutionary Rehearsals*, London/Chicago, Bookmarks, 1987, p. 15.

⁴ Ian Birchall, «France 1968. “All Power to the Imagination”», In Colin Barker (ed), *Revolutionary Rehearsals*, London/Chicago, Bookmarks, 1987, p. 5.

⁵ Ian Birchall, «France 1968. “All Power to the Imagination”», In Colin Barker (ed), *Revolutionary Rehearsals*, London/Chicago, Bookmarks, 1987, p. 6.

EUA, a imaginação de milhões de operários silenciosos desde a guerra tinha chegado ao poder. Nos primeiros dias pela voz dos seus filhos, os estudantes universitários do baby boom do pós guerra; nos dias seguintes pela força da maior greve operária da história da França.

O detonador foi o protesto estudantil cujo ápice é a noite das barricadas, quando os estudantes se barricam nas ruas do *Quartier Latin*, na zona da Universidade Sorbonne, atirando pedras à polícia, que reprime brutalmente a manifestação, espoletando a reacção do movimento operário em solidariedade. Calcula-se que 9 milhões de trabalhadores se envolveram na greve, que teve o epicentro na indústria automóvel mas atingiu todos os sectores, dos cientistas do Observatório Meudon ao cabaré mítico Folies Bergères.

O *baby boom* do pós guerra e o impulso científico e tecnológico, a *pari passu* com as conquistas sociais do Estado Social, tinham aberto as universidades às classes trabalhadoras, o número de estudantes no ensino superior tinha passado de 175 mil para mais de meio milhão em dez anos (entre 1958 e 1968).

As greves de 1968 não podem ser compreendidas fora do contexto da crise cíclica de 1967 e do período de iniciativa mundial dos trabalhadores, com o centro nevrálgico nas fábricas norte-americanas de automóveis e no Maio de 1968 em França, de resistência à *intensificação do trabalho*⁶, segundo o sociólogo Peter Birke. Esta tese é confirmada nos estudos de Pietro Basso sobre a evolução do trabalho no século XX e XXI⁷.

No verão de 1967 o Governo tinha imposto o corte nos reembolsos das despesas médicas e reduzido a participação dos trabalhadores nas decisões do sistema de Segurança Social. A medida gerou irritação nos trabalhadores. Em Junho de 1967 a Peugeot tinha chamado a polícia antimotim para um conflito na fábrica e esta acabou por matar dois operários, fato que provocou indignação pública.

No dia 3 de Maio o governo encerra a Sorbonne. Os protestos tinham subido de tom, exigindo, entre outras reivindicação, a livre circulação no campus entre o sector feminino e masculino do campus. Começam confrontos entre a polícia e os estudantes que no dia 10 de Maio erguem, estima-se, cerca de 60 barricadas, onde participam vários milhares de estudantes. Paris tinha uma longa tradição de barricadas que o Barão Haussman, entre 1852 e 1870, tentou pôr fim arrasando com bairros inteiros, construindo avenidas largas, por onde

⁶ Peter Birke, Bernd Huttner, Gottfried Oy (HRSG.), *Alte Linke – Neue Linke? Die Sozialen Kämpfe der 1968er Jahre in der Diskussion*, Berlin, Karl Dietz Verlag, 2009.

⁷ Pietro Basso, *Modern Times, Ancient Hours, Working Lives in the Twenty-first Century*, London/New York, Verso, 2003.

pudessem circular as forças anti-motim, naturalmente também respondendo à crescente industrialização do país e da cidade. O Quartier Latin era porém de pequenas e esconsas ruas.

A reação de repulsa geral à brutalidade da polícia sobre as barricadas estudantis obrigou os sindicatos a chamarem a greve geral para dia 13 de Maio de 1968. No dia da greve uma manifestação vê desfilar electricistas, trabalhadores do sector químico, funcionários públicos, metalúrgicos, pintores, ferroviários, professores, empregadas de mesa, trabalhadores dos bancos e seguros, decoradores, a “carne e o sangue da sociedade capitalista moderna”.⁸ No dia seguinte, na fábrica *Sud Aviation*, em Nantes, os trabalhadores decidiram entrar em greve por tempo indeterminado.

Estava dado o mote. Seguiram-se duas semanas de greves em todo o país que envolveram 9 a 10 milhões de trabalhadores com ocupação generalizada de fábricas. Segundo Michel Seidaman a unidade entre estudantes e trabalhadores foi “transitória”, de poucos dias e em alguns setores⁹, mas o movimento de fato prossegue nas fábricas com uma força inaudita.

O movimento sindical tinha pouca força nas fábricas e empresas. A França tinha então uma baixa taxa de sindicalização, sobretudo depois do desânimo que tinha resultado das negociações dos sindicatos em concertação social, depois das greves de 1947. Havia em 1968, 3 milhões de trabalhadores sindicalizados, e em 1947 eram mais de 7 milhões. Mas, durante a greve geral de Maio os trabalhadores, espontaneamente – com influência de pequenos grupos trotskistas, maoistas e anarquistas -, criaram comitês de ação, a partir de comitês de greve. A 19 de Maio em Paris numa Assembleia conjunta estavam representados 149 comités. No fim do mês eram já 450.

Em muitos destes comitês cria-se uma forma de controle real da produção, foi decidido por exemplo, face ao desabastecimento, que serviços mínimos essenciais seriam prestados à sociedade, ficando notório o papel dos trabalhadores na produção e reprodução da sociedade – em muitos lugares os trabalhadores tomam decisões sobre toda a cadeia produtiva de um sector em greve. Mas só uma cidade entrará totalmente em situação de dualidades de poderes, Nantes.

Jena Paul Sartre e Margarite Duras solidarizaram-se com estudante da Sorbonne, e a orquestra do festival de cinema de Cannes entrou em greve. André Malraux, Ministro da

⁸ Ian Birchall, «France 1968. “All Power to the Imagination”», In Colin Barker (ed), *Revolutionary Rehearsals*, London/Chicago, Bookmarks, 1987, p. 12.

⁹ Michael Seidman, *The Imaginary Revolution: Parisian Students and Workers in 1968*, New York, Berghahn, 2004.

Cultura e ex combatente da guerra civil espanhola, escrito do livro *A Esperança*¹⁰, sobre a revolução em Barcelona, fica, para surpresa de muitos, do outro lado da barricada, apoiando o Governo. O Teatro Odéon, um dos 6 teatros nacionais na França, símbolo da burguesia vitoriosa e da criação de uma alma nacional laica republicana, foi ocupado sob o *slogan* “Quando a Assembleia Nacional se torna um teatro, todos os teatros burgueses devem tornar-se assembleias nacionais”.¹¹

Não só em Paris se viveu este tempo de “é proibido proibir”. Em Londres em 1967 e 1968 os protestos abrem caminho com uma força inédita à esquerda do Partido Comunista. O grupo destes que perdurou mais no tempo girou em torno da *New Left Review*; em Berkeley na Califórnia os estudantes fazem-se ouvir pela paz, contra a guerra do Vietnam e em apoio ao movimento dos direitos civis, contra o sul escravocrata¹². Também contra a proletarização e a padronização - contra as “fábricas do conhecimento”¹³. A guerra contra os povos da Argélia tinha radicalizado a associação nacional de estudantes franceses, fortemente influenciados também pela China maoista e o pelo guevarismo - Che Guevara tinha sido assassinado no Outono de 1967 numa perseguição grotesca apoiada pelos EUA.

Em Portugal organizam-se reuniões estudantis em apoio ao Maio de 68 mas era uma altura de fraqueza do movimento estudantil, ainda mal recomposto dos golpes da repressão do regime de 1965 e 1967 sobre os sectores afectos ao PCP e às FAP (Frente de Acção Popular, maoistas), os grupos mais influentes na altura. Vai haver um Maio de 68 em Portugal, mais tarde, é a crise académica de 1969.

Desde 1968 havia protestos na Irlanda contra as restrições às liberdades políticas impostas pelos ingleses. Os manifestantes tinham à cabeça a Associação dos Direitos Civis da Irlanda do Norte, influenciada pelos movimentos dos direitos civis norte-americanos. Irlanda do Norte à beira da guerra Civil. Tropas britânicas encontravam-se hoje de prevenção para guardar instalações importantes na Irlanda do Norte, após 36 horas de desordens em que mais de 250 pessoas ficaram feridas. Nove dos postos de correio de Belfast, atacados com cocktails Molotov, encontravam-se ainda a arder às primeiras horas da manhã de hoje, e aumentavam os receios nesta cidade de que se registassem mais desordens durante o dia.¹⁴

¹⁰ André Malraux, *A Esperança*, Lisboa, Livros do Brasil, 2007.

¹¹ Ian Birchall, «France 1968. “All Power to the Imagination”», In Colin Barker (ed), *Revolutionary Rehearsals*, London/Chicago, Bookmarks, 1987, p. 23.

¹² Chris Harman, *The Fire last Time*, London/Chicago, Bookmarks, 2000, pp. 64-65.

¹³ Chris Harman, *A People's History of the World*, London and Sidney, Bookmarks, 1999, p. 580.

¹⁴ *Diário de Lisboa* de 21 de Abril, de 1969.

Sobre o impacto do movimento anticolonial no mundo inteiro, também os negros norte-americanos reclamam a igualdade. O marco inicial, que fez explodir anos de opressão e frustrações acumuladas, foi dado por uma velha senhora, Rosa Parks que, em 1955, depois de um dia cansativo no trabalho – era costureira – se sentou num dos bancos da frente do ônibus, reservados para brancos e se recusou a levantar. Foi presa e julgada. A sua condenação levantou uma onda de protestos nos EUA e um boicote aos transportes públicos que os deixou à beira da falência. Durou 382 dias e só terminou quando se aboliu a legislação que separava brancos e negros nos ônibus.

Foi o momento de saída mas a chegada ainda estava longe. Em 1957 o Congresso norte-americano fez aprovar a primeira lei de direitos civis que promovia a igualdade racial. Mas no sul do país, caracterizado por grandes propriedades de brancos para onde trabalhavam os negros, durante anos escravos, o racismo não se abolia só com leis. O movimento radicaliza-se.

Aquilo que começa por ser um movimento de massas por direitos iguais perante a lei rapidamente se torna num movimento com reivindicações classistas muito marcadas: direito ao trabalho (o desemprego era 4 a 5 vezes superior entre os negros); salários iguais aos brancos; habitações condignas; educação de qualidade. Será já na segunda metade da década de 60 que líderes influenciados pelo marxismo, como Malcom X, vão dirigir grande parte deste movimento que, entretanto, se encontra com o movimento anti guerra do Vietname e o Maio de 68. O próprio Martin Luther King aderiu no fim da vida (foi assassinado em Memphis, 4 de abril de 1968), às ideias socialistas, criticando a guerra do Vietname, associando a segregação racial ao capitalismo.¹⁵

Berkeley foi também o centro da luta estudantil contra a guerra do Vietname. Em Junho de 1967 o número de soldados norte-americanos mortos no Vietname ascende aos 10 000. Os Estados Unidos tentam usar a crise no Médio Oriente para fazer esquecer este número. As baixas norte-americanas atingiam, porém, cada vez números mais altos, que o governo tentava esconder. Na última semana de Maio de 1967 morreram mais de 300 soldados norte-americanos (fala-se também na morte, no mesmo período, de mais de 2000 vietcongs) e mais de 2000 soldados ficaram feridos.

Em 1968 o Vietcong (Frente Nacional para a Libertação do Vietname) lança um conjunto coordenados de ataques, os mais sangrentos da guerra, conseguem entrar nas cidades e nas bases norte-americanas. Depois disso ficou claro para quem ainda pudesse

¹⁵ Brian Jones, «Martin Luther King's Revolution», In *Jacobin*, 4 de Abril de 2017.

duvidar que os EUA nunca venceriam a guerra. Contudo só em 1975 assumirão a derrota e se retirarão do Vietname.

No dia 18 de Março de 1967 o *Torrey Canyon* afundou-se ao largo das Ilhas Scilly, na Grã-Bretanha. Foi o primeiro grande desastre de derrame de petróleo no mundo. Por isso mesmo não havia planos adequados para lidar com uma catástrofe ecológica desta dimensão. Quando foi construído, em 1959, o *Torrey Canyon* tinha capacidade para 60 000 toneladas mas foi aumentado no Japão para o dobro, 120.000. Quando se deu o acidente, o navio era propriedade da Corporação Barracuda Tanker e estava em serviço charter para a British Petroleum. Um movimento ecologista desperta a partir de então nas reivindicações dos estudantes contra a produção em massa capitalista que destruíra os recursos da terra, delapidando os ecossistemas. Durante a revolução portuguesa de 1974 e 1975 um manifestante discursa: “Hoje em dia atribui-se a certas doenças o nome de doenças da civilização. Elas são antes doenças da barbárie (...) provocadas pela pressão do ritmo de vida, pela poluição sonora, pela poluição a todos os níveis, pela alimentação enlatada, industrializada. Não podem ser chamadas doenças da civilização, mas doenças da barbárie!”¹⁶

Charles Tilly¹⁷ classificou o Maio de 68 como a maior mobilização de sempre da França. Contudo as estatísticas do período foram suprimidas. Para os cientistas sociais Álvaro Bianchi e Ruy Braga: «A avaliação do tamanho da greve dá conta dos combates que se travam no terreno da história. Os dados oficiais a seu respeito foram sumariamente suprimidos dos boletins estatísticos. Tanto o *Annuaire statistique de la France*, como o *Bulletin mensuel de statistiques sociales*, não registram dados nas colunas de maio e junho de 1968! (*Idem.*) A história oficial não podia reconhecer o alcance do movimento; optou por apagá-lo. Uma estimativa conservadora, baseada em informações recolhidas na imprensa e na qual as greves em pequenas empresas estão claramente subestimadas, estipula em 5.196.300 o número de grevistas. O estudo revela, entretanto, a força da greve nas grandes indústrias. No setor automobilístico, a greve atingiu 94,8% dos trabalhadores; na indústria têxtil, 94,2%; e nos setores de combustíveis, minérios, gás, electricidade e água, 91,8% (*idem*, p. 116). O número geralmente reconhecido pelo próprio movimento era o de dez milhões de grevistas.»¹⁸

A posição do PS contra a independência da Argélia e a posição hesitante do PCF face a esta guerra, que terminou em 1962; junto com a atitude, sobretudo do PCF, de não apoiar inicialmente os estudantes (para o PS é mais fácil apoiá-los porque não dirigia estas

¹⁶ *Noticiário Nacional*, RTP, 6 de junho de 1975, Arquivo da RTP.

¹⁷ Edward Shorter, Charles Tilly, *Strikes in France 1830-1968*, Cambridge University Press, 1974.

¹⁸ Álvaro Bianchi e Ruy Braga, «1968 e depois: os estudantes e a condição proletária», In *Outubro* n.17 1º semestre 2008, pp. 20-21.

organizações), levou-os a erodir, em 1968, a sua base de apoio. Embora o resultado seja complexo, com consequências também noutros países europeus e latino-americanos. E desigual, consoante olhemos a curto ou a médio prazo.

Por um lado, no calor revolucionário, nasceram organizações de dualidades de poderes não controlados por estes partidos, os comités de acção. Por outro lado, com a perda de força do movimento, os trabalhadores foram-se transferindo dos comités de acção para as estruturas sindicais -, que acabaram por ser maioritariamente dirigidas por estes partidos, que tinham estado contra os comités. Mas estes partidos tinham uma organização, ou seja, uma estrutura material e intelectual, mais quadros, mais profissionais e mais experiência de direcção. Ao mesmo tempo o PS e o PCF vão ganhar espaço eleitoral ao longo dos anos 70. Força social, sindical, eleitoral e política caminharam de forma desencontrada.

Ainda assim a França de hoje foi o mais resistente dos países ao neoliberalismo porque muitos dos seus sindicatos, ganhos pelas correntes trotskistas, anarco-sindicalista e maoistas de 68, como os ferroviários do sul do país, ou os correios – que criaram os *Sud Solidaires*, uma associação sindical radical -, serviram como vanguarda contra os planos de flexibilização laboral, como o CPE- Contrato Primeiro Emprego, entre outros pacotes de redução do custo unitário do trabalho¹⁹.

Foi no Maio de 68 primeiro que as organizações stalinistas viram a sua hegemonia como direcção do movimento operário europeu posta em causa, mas isso foi muito mais longe na revolução portuguesa, onde em algumas das maiores fábricas do país (setor metalúrgico, eclético, químico) o PCP não tinha maioria.

As explosões sociais em França e Itália tinham mostrado que a classe trabalhadora dos anos 60 se erguia também contra as direcções sindicais, optando, no meio das lutas mais radicalizadas, por métodos mais assembleístas, ao contrário dos momentos de menor intensidade da luta social, em que os sindicatos prevalecem. A acusação de “pequenos burgueses”, levada a cabo pelos partidos comunistas para os estudantes tinha pouca sustentação: com o avanço da escolarização, seguido da massificação do ensino universitário e da proletarização do trabalho intelectual, torna-se patente que o argumento utilizado pelos dirigentes dos PCs oficiais contra os estudantes rebeldes era essencialmente enganador. Tomados de surpresa, os sindicatos burocratizados e o movimento comunista oficial – já bastante abalados pelas denúncias dos “crimes de Estaline” ocorridas durante o XX Congresso do PCUS em 1956 e pela sua atitude perante a independência da Argélia – respondiam à

¹⁹ Stéphane Braud e Marie Cartier, «De la précarisation de l’emploi à la précarisation du travail: la nouvelle condition salariale», In *La France invisible*, Paris, La Découverte, 2006, pp. 561-573.

pergunta, “afinal, quem são esses estudantes que se rebelam?”, assim: “Os estudantes de hoje são nossos futuros patrões! Não levemos a sério o que estão dizendo!”»²⁰

Estas acusações e conflitos contra os dissidentes ou contra a extrema-esquerda não tiveram um efeito mais desastroso sobre as organizações políticas porque em primeiro lugar já o eram – com largas centenas de profissionais e dependentes financeiramente total ou parcialmente do Estado, do Parlamento e dos sindicatos. Em segundo lugar porque havia um óbvio capital simbólico que tinha perdurado por terem sido eles, os comunistas e as tropas soviéticas, os mais massacrados durante o nazismo, sofrendo o maior do número de vítimas entre a resistência organizada.

A China da Revolução Cultural foi também determinante na quebra de influência do stalinismo. A crise tinha começado no conflito sino-soviético de 1961. A 29 de Maio de 1966, na Universidade de Tsinghua, foi formada a primeira organização de “guardas vermelhos”, grupos de jovens que teriam um papel proeminente no que ficaria conhecido como revolução cultural chinesa (a *Grande Revolução Cultural Proletária*). A 1 de Junho, o *Diário do Povo* publicava um artigo onde se citavam os apelos a uma grande purga de todos os imperialistas, intelectuais pró-imperialistas e amigos dos imperialistas. A 28 de Julho, representantes dos guardas vermelhos escreveram a Mao Tsé-Tung aderindo à campanha de purgas no seio do partido e do Estado. Estava dado o mote.

Ao desastre do Grande Salto associava-se uma crítica forte, entre alguns setores do Partido, a uma burocratização do PC chinês que em muito fazia lembrar a degenerescência soviética. Mas, para se oporem a uma casta de privilegiados, usaram os métodos de controle do poder e repressão policial em massa, exatamente os métodos característicos da burocrática URSS. E usaram-nos não só contra os privilegiados mas contra uma grande parte de revolucionários, críticos de Mão.

Durante três anos, os guardas vermelhos foram a ponta de lança de uma campanha de depuração. Armados do *Livrinho Vermelho* de citações de Mao, colaram *dazibaos* (enormes cartazes) e organizaram grandes assembleias em que denunciavam os contra-revolucionários e faziam-nos desfilar numa espécie de procissões da Inquisição, com cartazes em que se acusavam dos piores crimes. Muitos dirigentes centrais, regionais e locais, professores e intelectuais viram-se deportados para os campos, para se reeducarem, foram presos ou assassinados. Campos que continuavam dominados pelos quadros rurais, fortemente

²⁰ Álvaro Bianchi e Ruy Braga, «1968 e depois: os estudantes e a condição proletária», In *Outubro* n.17 1º semestre 2008, p. 33.

autoritários, e que tinham o apoio do exército popular. Campos também em muito, alheios às lutas pelo poder na China urbana.

Em Turim, em 1969, os operários da Fiat Mirafiori – a maior fábrica da Fiat do mundo inaugurada em 1939 para a guerra por Mussolini – entram em greve. Numa das manifestações, que sai da porta principal de Mirafiori em direcção ao bairro em frente, 40 000 operários juntam-se. De repente, do alto das janelas dos prédios, começam a cair vasos de flores, em direcção à cabeça dos polícias – foi o primeiro sinal que parte do população de Turim estava com os operários. Era o “*Autunno Caldo*”, uma série de greves massivas no Norte de Itália – onde havia emigração recente jovem do sul - que duram entre 1969 e 1970 e vão terminar com aumentos salariais e a conquista das 40 horas de trabalho. E também com uma profunda crise no PCI que vai impulsionar os acordos com a democracia cristã, por um lado, e ao mesmo tempo abrir caminho às dissidências obreiristas do partido.

Foi no ano de 1969 que De Gaulle, um dos mais queridos chefes de Estado da social-democracia e da direita europeias, caía, mostrando que afinal, contra todos os desejos dos seus apoiantes, não tinha conseguido sobreviver politicamente à mobilização social de 1968.

O historiador canadiano T. H. Vadney, ao mesmo tempo que recorda o valor de De Gaulle para os dirigentes europeus que sonhavam fazer da Europa uma “terceira força mundial”, independente da URSS e dos EUA, salienta que o homem forte da França caiu no Maio de 68, apesar de formalmente só ter pedido a demissão em Abril de 1969: «Eles (os operários) identificaram-se com os protestos estudantis contra a própria visão ocidental de uma classe dominante gestora-burocrática. No dia 13 de Maio de 1968 uma greve geral parou Paris e 300 mil manifestaram-se. Em poucos dias 10 milhões de pessoas estavam em greve. O governo de Charles De Gaulle mobilizou a província e a classe média para conseguir acalmar a tempestade, mas a participação massiva da população francesa nas greves contra o Governo mostrou que havia problemas no Ocidente. E De Gaulle acabou por renunciar no ano seguinte.²¹

A seguir a Maio de 1968 e à generalização dos protestos estudantis e operários contra o governo francês, De Gaulle sai da França para se encontrar, na Alemanha, com Jacques Massu, então o chefe das forças francesas de ocupação da Alemanha. O encontro de De Gaulle com Massu – e que durante a guerra da Argélia tinha planeado um golpe contra a França – exprimia a dimensão da revolta popular em que De Gaulle estava submerso. Para Ian Birshal tal encontro nunca passou de uma fraude. A direita francesa organiza-se em

²¹ T.E. Vadney, In *The World Since 1945*, London, Penguin Books, 1998, p. 417. (Tradução nossa).

manifestações contra o Maio de 68 mas De Gaulle nunca pensou usar um exército que se poderia dividir e recusar-se a atirar sobre os próprios “filhos”.

De Gaulle confiou nas eleições, apoiando-se num dado histórico - as eleições destorciam socialmente o fosso entre as classe da França. Tal como em 1852 Luís Napoleão tinha derrotado a revolta parisiense com as eleições, apoiando-se nas camadas da província, De Gaulle confia que as eleições farão um contrapeso à força estudantil e operária das cidades, fazendo falar a classe média, a burguesia e, como afirma Vadney, a província. A comparação entre De Gaulle e Napoleão III (Luís Bonaparte) é feita pela própria BBC de 18 de Abril de 1969. A aposta foi ganha, pelo menos no imediato. Nas eleições de Junho de 1968 a partido de De Gaulle vence com 358 dos 487 lugares.

Mas a situação social não mudou radicalmente com a vitória dos gaullistas. E a 28 de Abril de 1969 De Gaulle é obrigado a renunciar depois da derrota num referendo. A sua proposta referendária previa a transformação do Senado numa espécie de conselho político e sobretudo instituía, num agradecimento ao apoio da província, o aumento substancial do poder dos conselhos regionais. De Gaulle perde o referendo com 52,97% dos votos a favor e 47,13% contra.

Um dia antes da realização do referendo a imprensa já considerava De Gaulle derrotado. Os jornais de esquerda regozijavam-se com o fim próximo do homem que tinha liderado a derrota de 68; o *Diário de Lisboa* de 28 de Abril de 1969 afirmava que: «De Gaulle escolheu a humildade».

No fim a mobilização social do Maio de 68 vai ser derrotada porque, uma a uma, as direcções sindicais vão levar os trabalhadores a desistir da greve, mas só depois de conquistas sociais importantes, aquém porém da força que demonstraram naqueles dias. Assim, enquanto os estudantes se manifestavam nas ruas e os trabalhadores ocupavam as fábricas, a direcção do PCF negociava a partir do 25 de maio os “acordos de Grenelle” com representantes do Estado e do patronato francês. Tais “acordos” redundaram em um aumento dos salários para todos os trabalhadores de 7% – mais 3% em Setembro –, seguido por um aumento do salário mínimo em torno de 25%. Além disso, o patronato aceitou reconhecer os comités de fábrica e reduzir a percentagem das despesas de saúde não reembolsadas pela seguridade social de 30% para 25%. Muito pouco para a maior greve da história de um país acostumado a grandes greves.²²

²² Álvaro Bianchi e Ruy Braga, «1968 e depois: os estudantes e a condição proletária», In *Outubro* n.17 1º semestre 2008, p. 35.

Foi, finalmente, no Maio de 68 que um novo impulso na libertação das mulheres, tema que retornará, uma e outra vez, ao longo da história da Europa até aos nossos dias. A igualdade de género não foi ainda conquistada na Europa, já quase duas décadas passaram desde o início do século XXI. Mas a combinação da entrada das mulheres no mercado de trabalho no pós guerra, a crescente escolarização, com a massificação do ensino, deram um impulso importante a uma maior igualdade social entre gêneros. *O Segundo Sexo*²³, obra pioneira no feminismo, tinha sido publicado em 1949 por Simone Beauvoir, intelectual pública e participante no Maio de 68, e vai ser uma das referências para o movimento feminista europeu e mundial.

Os bolcheviques tinham sido os primeiros a elaborar uma visão multifacetada da libertação das mulheres, que incluía não só o direito ao trabalho assalariado, portanto libertar-se da família tradicional e da subjugação da mulher ao marido, como a libertação do trabalho assalariado, ou seja, lutar contra exploração capitalista²⁴. Foram os primeiros a impor medidas que na segunda metade do século XX se tornaram comuns, como creches. Foram mais longe, porém, e embora com poucos meios tentaram criar uma rede de trabalho reprodutivo socializado, como lavandarias colectivas e cantinas, para que a mulher pudesse sair da esfera privada e conquistar a esfera pública, e para que a união de amor livre fosse possível a homens e mulheres sem sucumbirem ao desgaste do trabalho doméstico.

O tema do feminismo é complexo e amplo porque ele varia muito consoante as décadas em que retorna ao centro dos debates públicos. E consoante os países europeus. Em 68 foi pujante a visão radical das mulheres – que tinham, por exemplo, horas distintas para regressar as faculdades à noite – que queriam ter auto responsabilidade para si e abrir os corredores do amor, para se encontrarem de mãos dadas, com os homens, sem muros – isto esteve na pauta reivindicativa de todos os movimentos estudantis na década de 60. A liberdade sexual. O direito a escolher.

Mas este não foi sempre o feminismo dominante, que foi atravessado pelo debate género e classe, opressão e exploração. Em muitos países o liberalismo, necessitando da entrada das mulheres no mercado de trabalho, teve um papel central na aceleração da independência desta. Noutros, o pleno emprego foi artificialmente conseguido – caso da Alemanha Federal e da Holanda (esta ainda hoje) – pelo emprego feminino em *part time*: «Veja-se a participação feminina na força de trabalho em 1988: na RDA 78,1 por cento das mulheres trabalhava e ganhava 83,2 por cento do que ganhavam os homens, ao passo que na

²³ Simone Beauvoir, *O Segundo Sexo*, vol II e II, Lisboa, Quetzal, 2015.

²⁴ Wendy Goldman, *Mulher, Estado e Revolução*, São Paulo, Boitempo, 2014, p. 79.

economia da República Federal, apenas 55 por cento das mulheres trabalhava, ganhando apenas 70 por cento do salário masculino».²⁵ 80 por cento das crianças tinham na RDA infantário gratuito até aos 3 anos, na RFA menos de 3 por cento das crianças frequentavam o infantário. É significativo que na Alemanha Democrática dos anos 60, onde havia uma ditadura, a igualdade de género foi mais longe do que na Alemanha Federal, onde havia um regime democrático.

Curiosamente o atraso às vezes estimula o avanço – a guerra colonial e a imigração colocaram Portugal em 1974 com uma das mais altas taxas de trabalho feminino, perto do 40%. E hoje 47%. Desde logo porque ao contrário dos países ricos são necessários dois salários para sustentar a família.

Chegados ao final do século XX e início do XXI o movimento feminista ganhou espaço como movimento de classes dirigentes associado à defesa da participação das mulheres nos lugares de chefia das empresas. Não raras vezes o feminismo foi também usado como força contra o movimento operário pela vaga filosófica pós-moderna, incentivando a fragmentação da classe trabalhadora. Em países com forte pendor católico, a Irlanda e a Polónia, o feminismo continua a batalhar por direitos elementares das mulheres, onde o aborto, cujo direito foi conquistado na maioria nos países centrais da Europa na década de 70 (na Rússia em 1917), continua a ser crime.

Em nenhum país hoje na Europa há igualdade salarial entre homens e mulheres. Pela primeira vez na história, em 2017, houve uma greve internacional das mulheres chamada no dia 8 de Março, sobretudo teve impacto na Polónia, EUA e na Argentina, mas ainda assim muito reduzido.

O Maio de 68 Inglês

Um ano antes do movimento parisiense, eclodira a longa ocupação universitária na tradicional London School of Economics (LSE) e uma vasta e combativa manifestação contra a Guerra do Vietnã. A modernização capitalista operada pelo governo labourista – o qual, diga-se, apoiou a guerra– exigiu maior subordinação do trabalho intelectual, de modo a massificar um até então altamente elitista sistema educacional britânico. Em meio a uma extensão em tudo precarizada, maciços contingentes de estudantes universitários – em detrimento da cultura

²⁵ William Pelz, *História do Povo na Europa Moderna*, Lisboa, Objectiva, 2016, p. 355.

acadêmica que reinava nos campi – foram levados, muitos deles advindos de origem social subalterna, a um acelerado processo de resistência e luta contra a autoridade despótica de um sistema disciplinar *in loco parentis*. A vida privada dos estudantes era devassada pelos schoolars britânicos em comitês disciplinares que agiam “em lugar dos pais” – tal como atesta a terminologia jurídica latina – estendendo então a tirania familiar para o interior do campus.

«Até este ano a Grã-Bretanha, quiçá exclusivamente, careceu de qualquer movimento estudantil significativo. Durante os últimos 15 anos, grupos de estudantes britânicos desempenharam um papel ativo, senão predominante, na agitação sobre o Canal de Suez, campanhas anti-racistas e colonialistas e, mais auspiciosamente, na Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND). Mas nenhuma refletiu nada que pudesse ser nomeado uma específica consciência estudantil».²⁶

Após os eventos de 68 o conselho editorial da *New Left Review* (NLR), se lançou – de forma inédita – no movimento estudantil tomando uma série de iniciativas, políticas e editoriais. Num ensaio publicado – no verão de 1968 – no periódico da NLR Perry Anderson²⁷, o mais destacado expoente da chamada segunda geração da Nova Esquerda britânica, prenunciava três características centrais que a rebelião estudantil em voga possivelmente assumiria na Inglaterra: o desafio ao autoritarismo doméstico, a solidariedade ativa contra o imperialismo no exterior e a batalha contra a cultura reacionária inculcada nas faculdades e universidades.

Os textos publicados na revista a este respeito – sob a insígnia de *Student Power* – refletiam o fenômeno de radical politização de significativas frações da intelligentsia britânica. As demandas economicistas, por bolsas universitárias e controle estudantil, dariam lugar a um giro assaz voluntarista. Em um texto publicado sob pseudônimo, o colaborador mais próximo do secretário de redação da NLR, Robin Blackburn²⁸, exortava – inspirado no foquismo de Debray – ao avanço de “bases vermelhas” nos campus. Comparáveis, segundo o autor, aos soviets operários e populares na Rússia de 17 e aos territórios livres da China rural nos anos 30.[5] Enquanto Perry Anderson argumentava por uma política revolucionária operante no interior da cultura britânica, Robin Blackburn sugeria a reconversão das “‘bases vermelhas’ em alavancas da luta estudantil” e gérmen de “poder popular”.

²⁶ Gareth Stedman Jones et al. «Student Power: What is to be Done?», In *New Left Review*, n. 43, p. 3-9, 1967, grifos no original.

²⁷ Perry Anderson, «Componentes of National Culture», In *New Left Review*, n. 50, p. 3-57, 1968.

²⁸ James Wilcox (Robin Blackburn), «Two Tactics», In *New Left Review*, n. 53, p. 23-32, 1969. Segundo Wilcox (Blackburn) as universidades britânicas constituiriam – seguindo Lenin – ‘o elo mais fraco’ da sociedade e da cultura do país. Sob a pressuposição do ‘fetichismo’ soviético e de voluntarismo ‘vermelho’ havia uma forte tendência, política e social, com viés substitucionista.

Uma breve análise dos fatos mostra que o 1968 inglês não foi algo menor ou, sequer, acessório.²⁹ A Inglaterra inicia 1968 com cortes maciços do governo labourista de Harold Wilson – já em seu segundo mandato – na previsão orçamentária para o ano; há o subsequente *sentença* (ocupação) de 250 estudantes da Aston University. Mais de 3 mil estudantes de Liverpool, Leeds, Bristol, Keele e Manchester cercam a Prefeitura de Sheffield coreando “Fora Wilson!”, por causa do Vietnã. Milhares marcham em Londres contra as leis anti-imigração; a Leicester University é ocupada. O 68 inglês assiste à eclosão de uma greve das maquinistas tecelãs da Ford – a qual inaugura o movimento de trabalhadoras por salários iguais – e à primeira marcha de enfermeiras, enquanto a Irlanda do Norte vê nascer o movimento de massas por direitos civis. Dois importantes intelectuais críticos são perseguidos. E o mais estava por vir.

A longa ocupação da LSE em 1967 – em protesto à nomeação, como diretor, de um ativo apoiador do regime racista na Rodésia (Zimbábue) – marca os primórdios das mobilizações estudantis na Grã-Bretanha seguindo-se daí uma série de ações diretas nas faculdades em 1968. Outro indício de radicalização política, entre a esquerda marxista, foi a publicação – no mesmo ano – do Manifesto May Day por personalidades tais como Raymond Williams, Stuart Hall e Edward Thompson. Apesar de seus limites e vacilações o manifesto refletia uma genuína aversão às políticas levadas a cabo pelo Governo Wilson, um breviário das ilusões labouristas e, quiçá o mais importante, expressava socialmente a formação – no plano das idéias – de uma milieus socialista. A Campanha de Solidariedade ao Vietnã (VSC) – encabeçada centralmente por organizações que reivindicavam o trotskismo, como o International Marxist Group (IMG), ligado ao Secretariado Unificado, e os International Socialists (IS), dirigidos por Tony Cliff, em realocização destas face a uma plataforma política –, era então a principal forma organizativa assumida pela juventude antiguerra. Por detrás do aparente crescimento econômico e da ‘prosperidade material’ acumulavam-se contradições sociais não-resolvidas – além de novos conflitos, decorrentes da industrialização e da urbanização –, pondo insuportável pressão sobre as já velhas e arcaicas instituições britânicas.

O movimento estudantil – além de uma jovem intelectualidade socialista – prepararia o terreno para uma inaudita ofensiva industrial da classe operária inglesa. Em 1972 o país assiste ao Piquete de Saltley, onde mineiros e engenheiros unem-se em ações de massas. A ameaça de greve geral, neste ano, força a libertação de estivadores presos sob as leis anti-sindicais do governo conservador. Em 1974 outra greve da mineração derruba o governo tory – à primeira

²⁹ Timeline. *International Socialism*, 2008 <http://isj.org.uk/timeline-1968-an-extraordinary-year/> acesso em 12 de Janeiro de 2018.

vez que, na história da Inglaterra, uma ação grevista traz abaixo um governo eleito através de sufrágio universal – realocando o partido labourista ao poder no país. À guisa de conclusão, as derrotas da vaga 1968-1976 apontam, à revelia de muitos, o elemental pressuposto marxista de que o proletariado industrial representa a classe revolucionária por excelência da época imperialista. A situação revolucionária aberta no Velho Mundo – “detonada” pelos movimentos estudantis – assumia contornos clássicos em várias formações sociais particulares, com pleno sentido soviético e voltando-se, paradoxalmente, contra as mesmas instituições que reclamavam sua herança formal.

A Primavera de Praga, 1968

A invasão pelas tropas russas da Checoslováquia teve lugar na noite de 20 para 21 de Agosto de 1968. Às 11 da noite entre 400 a 500 mil soldados do Pacto de Varsóvia atravessaram a fronteira. A Checoslováquia era um dos poucos países da Europa de Leste que não tinha a presença de tropas soviéticas no seu território.

Uma série de reformas tinham mudado a face da Checoslováquia no período entre Janeiro e Agosto de 1968. Liberalização da imprensa, rádio e TV, e a partir de Abril um plano económico (*O Programa de Acção*) que diminuía o controlo centralizado de Estado sobre a economia, atribuindo mais poder aos comités de fábricas. Este era um dos pontos nevrálgicos das reivindicações da oposição popular, trabalhadores e intelectuais porque um plano altamente centralizado (e não um plano democrático) malogrou a prestação de serviços essenciais, não tinha em conta as necessidades da população. Foram também nestes meses renovados os estatutos do partido, permitindo o debate interno, sufocado desde o final dos anos 40. Anunciava-se um novo congresso para 9 de Setembro de 1968 que, com a pressão social externa ao partido, ia reforçar as posições reformadoras de Dubcek, eleito em Janeiro de 1968.

Ao contrário dos outros países da Europa de Leste, libertados do nazismo pelo Exército Vermelho, a Checoslováquia tinha uma longa tradição comunista, organizada num partido legal, durante o regime de democracia liberal, vigente no país entre 1918 e 1938. Até à invasão e ocupação do território pelas tropas nazis, a resistência no país ao nazismo vai ser maioritariamente comunista, embora com uma componente burguesa de libertação-nacional, ainda que minoritária.

O Partido Comunista Checoslovaco tinha desenvolvido alguma independência do Comintern até 1929. Nessa altura, um congresso de *bolchevização* – frequentemente as purgas nos partidos estalinistas eram acompanhadas pelo uso simbólico da palavra “bolchevismo” (projecto político morto no fim da década de 20) - impôs a linha estalinista de “socialismo num só país”, e a defesa da URSS como «um centro monolítico do movimento revolucionário internacional»³⁰. Começam então uma série de conflitos que levam à perda paulatina de membros, 70% terão então abandonado o Partido. Com a mudança, em 1935-1936, para a linha da “frente-popular” antifascista o partido volta a crescer de forma significativa. Porém, o núcleo duro das suas lideranças tinha sido formado na fidelidade à URSS, educado aliás na própria URSS. Os comunistas mais ligados ao país – do interior - eram vistos por estas lideranças “exteriores” com desconfiança.

A URSS vai pressionar o Partido no interior para que em 1945 a Checoslováquia seja libertada pelas tropas de Exército Vermelho, enquanto as lideranças no interior apostavam num levantamento liderado pela resistência. De fato, os comités de resistência clandestinos organizaram, em algumas fábricas, o levantamento popular de 5 de Maio de 1945, contra a direcção exterior do partido. E o mesmo aconteceu com o levantamento eslovaco, em Agosto de 1944, que foi realizado à revelia das chefias checas e eslovacas pró-soviéticas.

Soma-se a isto a divisão de Yalta e Potsdam. Quando se dá o levantamento, em Praga, contra os nazis, em Maio de 1945, as tropas americanas estavam muito perto, em Pilsen, mas as soviéticas estavam mais longe, e levaram 3 dias a chegar – os americanos recusaram-se a avançar por causa da linha estabelecida em Yalta com os Russos. São 3 dias de confrontos, sem ajuda externa, para garantir o cumprimento da divisão dos territórios entre as potências vencedoras da Guerra.

Na sequência da libertação, entre 1945 e 1949, o país vive um período de abertura, as letras e artes são o sector mais dinâmico – não por acaso a literatura ou o cinema checo estarão entre as principais vanguardas artísticas europeias até ao final dos anos 60. Os artistas e intelectuais vão opôr-se à linha oficial do partido de uma arte proletária, desde logo porque a maioria era membro do partido antes da guerra quando ser um artista comunista significava ser um artista *avant garde*. Muitos eram, por exemplo, surrealistas. Reconheciam no socialismo realista soviético o tipo de realismo burguês (...) e recusaram-se a aceitar este tipo

³⁰ Jiri Pelikán, «The Struggle for Socialism in Czechoslovakia», In *New Left Review*, 1/71, January-February, 1972; Hillel H. Ticktin, «Towards a Political Economy of the USSR», In, *Critique*, No.1, Spring 1973, p. 2.

de arte como a verdadeira arte socialista.³¹ Este foi apenas um dos debates que levaram a uma intervenção dramática de purgas no partido, entre 1949 e 1954, que impuseram uma férrea ditadura, até 1968.

A Checoslováquia foi o país onde as purgas foram mais violentas. Porquê? Segundo Jiri Pelojkán, director da TV Checoslovaca em 1968, porque era aí que o socialismo era mais forte, e portanto uma ameaça à burocracia incrustada no poder. Foi na Checoslováquia que houve condições mais favoráveis para o socialismo em toda a Europa Oriental; por causa da industrialização do país, porque tinha uma ampla e formada classe trabalhadora, por causa do papel e do prestígio do Partido Comunista e pela amizade do povo para a União Soviética. Deste ponto de vista, parece estranho que a maior purga em qualquer partido comunista seja a que aconteceu na Checoslováquia em 1949-54. Eu acho que foi precisamente porque a Checoslováquia teve as condições mais favoráveis, parecia ser a mais independente na procura do seu próprio caminho de desenvolvimento. Isso não se adequava à liderança soviética. Eles queriam monopolizar a Europa Oriental e impôr o modelo soviético. Por esta razão, foram obrigados a atacar mais forte o Partido Comunista da Checoslováquia. Partidos como o Polaco, Húngaro ou Búlgaro eram apenas pequenos grupos de vanguarda que haviam estado subterrâneos, na clandestinidade, por 20 a 30 anos. Não era tão difícil para eles aceitar a hegemonia soviética. Mas na Checoslováquia, embora o partido estivesse subjectivamente disposto a aceitar essa hegemonia, foi visto pelos russos como um herege potencial. Naturalmente, parecia paradoxal e chocante para nós que o número de vítimas da repressão fosse o mais alto na Checoslováquia, apesar de todas as nossas tradições democráticas. Nada em escala comparável ocorreu em outros lugares da Europa do Leste.»³²

Durante 1967 o país sofre os efeitos da crise económica de 1963. Crescem as manifestações de estudantes e de intelectuais contra a falta de liberdade e a exigirem reformas. Este era o “Estado dos trabalhadores”, mas os mesmos nem conheciam as contas das fábricas - das quais, em teoria, eram donos colectivos. Há uma forte questão nacional que adensa a crise, a *questão eslovaca*.

Na sequência da pressão popular Dubcek é, em Janeiro de 1968, eleito. Era um reformista, mas não um dissidente. Não era um homem anti-soviético, e tentou gerir a pressão da sua base social para a mudança sem melindrar a URSS. Um equilíbrio que se demonstrou impossível. Não queria apoiar-se nos “comités de iniciativa”, que seriam a base para

³¹ Jiri Pelikán, «The Struggle for Socialism in Czechoslovakia», In *New Left Review*, 1/71, January-February, 1972; Hillel H. Ticktin, «Towards a Political Economy of the USSR», In *Critique*, No.1, Spring 1973, p. 4. (Tradução nossa).

³² Jiri Pelikán, «The Struggle for Socialism in Czechoslovakia», In *New Left Review*, 1/71, January-February, 1972; Hillel H. Ticktin, «Towards a Political Economy of the USSR», In *Critique*, No.1, Spring 1973, p. 7. (Tradução nossa).

estabelecer conselhos de trabalhadores, os únicos que podiam ter resistido aos tanques soviéticos.

Assim, quando a URSS invadiu o país Dubcek e os homens à sua volta não propuseram nenhum tipo de resistência, mesmo civil, como uma greve geral, limitando-se a ficar, e não o escondendo publicamente, paralisados e desalentados com a invasão. A qual era realizada, segundo os russos, para “evitar a liberalização econômica” do país. A “Primavera de Praga” era vista publicamente pela URSS como uma adesão do país ao capitalismo. Mas a maioria das forças sociais no país estavam de fato a lutar pela democratização e não pela liberalização econômica, embora um sector fosse favorável a uma mudança para um Estado capitalista. A realidade era que o exemplo Checo ia ter repercussões imediatas na Polónia e na Ucrânia. Em tempos de crise do Pacto quando a URSS já não controlava a Jugoslávia e a Roménia.

Os privilégios da casta dirigente da URSS e seus satélites estavam potencialmente postos em causa se avançasse para um Estado Socialista com base em conselhos operários, o que era mais realista em 1968 do que nunca porque a guerra tinha dado um impulso à industrialização pesada que colocava mais perto, e não mais longe, a abundância, como condição e expressão de uma sociedade socialista. A Checoslováquia era a 8ª potência industrial do mundo. Chegaram porém os tanques, não o socialismo.

Jirí Pelikán escreve em 1972 a uma das líderes do movimento negro nos EUA, Angela Davis³³ pedindo-lhe apoio para lutar contra a ocupação do seu país, evocando a luta contra o Vietname:

“Mas também estou-lhe a escrever porque, apesar das nossas experiências serem diferentes, temos muito em comum (...) Diz que se tornou comunista depois de ver as pessoas sofrerem, entendeu que a sociedade deve ser transformada. Eu também. Entrei no Partido Comunista em Setembro de 1939. Era estudante e vi o meu país ocupado pelos nazis alemães. Queria lutar pela liberdade e mudar um sistema que produz guerras e opressão. Viveu a dolorosa experiência da prisão. Eu também. Enquanto a Gestapo me caçava, os meus pais foram levados como reféns: a minha mãe nunca voltou da prisão. Eu também conheço o que se entende por repressão, discriminação e sofrimento. Como você, entrei no movimento revolucionário convencido de que o socialismo pode criar uma sociedade mais justa para a maioria dos homens.

A diferença entre nós consiste apenas no fato de que, após trinta anos de militante, em Outubro de 1969, fui expulso do partido, juntamente com meio milhão de comunistas checos e eslovacos, simplesmente porque nos recusamos a considerar a ocupação do nosso pequeno país socialista por um poder estrangeiro, "socialista", como "ajuda fraterna".

Você pode dizer que há uma grande diferença entre a agressão militar americana no Vietnam e a intervenção soviética na Checoslováquia. (...) Mas a substância das duas intervenções é a mesma: impedir que as pessoas

³³ Angela Davis, *Mulheres, Raça e Classe*, São Paulo, Boitempo, 2016.

decidam o seu próprio destino. Você exige a retirada imediata das tropas americanas do Vietnã. Eu também. Mas, porque quatro anos depois da intervenção no meu país, ainda existem 80 mil soldados soviéticos?”³⁴

Em Novembro de 1968 um estudante checo declara “todo o país tem-se sentido doente”³⁵. Os líderes têm feito tudo o que os russos querem. E não é claro – diz - se o fazem obrigados ou por vontade própria. Milan Kundera, na *Insustentável Leveza do Ser*, romance premiado que se passa durante a Primavera de Praga, expressa a profunda desilusão com o rumo da vida política na Checoslováquia:

“Se digo totalitário, é porque tudo quanto possa fazer perigar o *kitsch* é banido da vida: não só toda e qualquer manifestação do individualismo (a mais pequena discordância é um esgarro em plena cara de risonha fraternidade), toda e qualquer manifestação de cepticismo (quem começa por pôr um pequeno detalhe em duvida acabada por pôr em duvida a própria vida), toda e qualquer manifestações de ironia (porque no reino do kitsch é tudo para levar a sério), mas também a mãe que deixou a família ou o homem que gosta mais de homens do que de mulheres». O gulag seria (...) a «fossa séptica para onde o kisth despeja a porcaria”³⁶.

Os russos chegaram, ocuparam, com escassa resistência. Morrem 50 a 100 pessoas, nada de comparável, por exemplo, com a resistência húngara de 1956, em que morrerem, 20 000. Mas nada foi como antes no mundo comunista. O Maio de 68, e a Primavera de Praga impulsionaram ainda mais a ruptura socialdemocrata dos PCs fieis à URSS. Se mostraram a sua força na contenção dos movimentos sociais, em Paris, Berlim ou Praga, não evitaram, com essa contenção, o seu constante declínio desde então.

Sobre a Europa de 1968 pode-se afirmar, guardadas as diferenças, que a teoria da revolução permanente – consagrada por Trotsky, desde o início do séc. XX – saltou dos livros para tomar forma histórica e concreta em ocupações, greves e uma autêntica renovação das questões do modo de vida (Byt): i) ponte real entre reivindicações democráticas e o fim socialista, ii) não-constricção do processo revolucionário aos limites nacionais até, por fim, iii) contínua e total transformação de todas as relações sociais. A revolução em permanência de novo a falar idiomas europeus. A Internacional mais uma vez entoada.

³⁴ Jiri Pelikán, «A Letter», *The New York Review of Books*, 31 August 1972.

³⁵ Chris Harman, *The Fire last Time*, London/Chicago, Bookmarks, 2000, p 123.

³⁶ Milan Kundera, *A Insustentável Leveza do Ser*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, p. 218

Referências Bibliográficas

- BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy, «1968 e depois: os estudantes e a condição proletária», In Outubro n.17 1º semestre 2008
- ANDERSON, Perry. «Componentes of National Culture», In New Left Review, n. 50, p. 3-57, 1968.
- BASSO, Pietro. Modern Times, Ancient Hours, Working Lives in the Twenty-first Century, London/New York, Verso, 2003.
- BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo, vol II e II, Lisboa, Quetzal, 2015.
- BIRCHALL, Ian. «France 1968. “All Power to the Imagination”», In Colin Barker (ed), Revolutionary Rehearsals, London/Chicago, Bookmarks, 1987
- BIRKE, Peter; HUTTNER, Bernd; OY, Gottfried (HRSG.). Alte Linke – Neue Linke? Die Sozialen Kämpfe der 1968er Jahre in der Diskussion, Berlin, Karl Dietz Verlag, 2009.
- BRAUD, Stéphane; CARTIER, Marie. «De la précarisation de l’emploi à la précarisation du travail: la nouvelle condition salarial», In La France invisible, Paris, La Découverte, 2006, pp. 561-573.
- DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe, São Paulo, Boitempo, 2016.
- Diário de Lisboa de 21 de Abril, de 1969.
- Diário de Lisboa, de 2 de Maio de 1974, p. 12.
- GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução, São Paulo, Boitempo, 2014, p. 79.
- HARMAN, Chris. A People’s History of the World, London and Sidney, Bookmarks, 1999, p. 580.
- HARMAN, Chris. The Fire last Time, London/Chicago, Bookmarks, 2000.
- JONES, Brian. «Martin Luther King’s Revolution», In Jacobin, 4 de Abril de 2017.
- JONES, Gareth Stedman et al. «Student Power: What is to be Done?», In New Left Review, n. 43, p. 3-9, 1967, grifos no original.
- KUNDERA, Milan. A Insustentável Leveza do Ser, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, p. 218
- MALRAUX, André. A Esperança, Lisboa, Livros do Brasil, 2007.
- Noticiário Nacional, RTP, 6 de junho de 1975, Arquivo da RTP.
- PELIKÁN, Jiri. «A Letter», The New York Review of Books, 31 August 1972.
- _____, Jiri. «The Struggle for Socialism in Czechoslovakia», In New Left Review, 1/71, January-February, 1972; Hillel H. Ticktin, «Towards a Political Economy of the USSR», In, Critique, No.1, Spring 1973.

PELZ, William. História do Povo na Europa Moderna, Lisboa, Objectiva, 2016, p. 355.

SEIDMAN, Michael. The Imaginary Revolution: Parisian Students and Workers in 1968, New York, Berghahn, 2004.

SHORTER, Edward. Charles Tilly, Strikes in France 1830-1968, Cambridge University Press, 1974.

Timeline. International Socialism, 2008 <http://isj.org.uk/timeline-1968-an-extraordinary-year/> acesso em 12 de Janeiro de 2018

VADNEY, T.E. In The World Since 1945, London, Penguin Books, 1998, p. 417. (Tradução nossa).

WILCOX, James. (Robin Blackburn), «Two Tactics», In New Left Review, n. 53, p. 23-32, 1969.

Sobre os autores

Raquel Varela

Historiadora, Investigadora e professora universitária. Starting Grant da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa/IHC e Fellow do International Institute for Social History (Amsterdam). Professora-visitante internacional da Universidade Federal Fluminense, onde leciona uma cadeira na área de história global do trabalho no programa de pós-graduação em História. É membro do NIEP. É avaliadora internacional do CNPQ/Brasil. É coordenadora do projecto internacional de história global do trabalho In The Same Boat? Shipbuilding industry, a global labour history. E-mail: raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

Roberto della Santa

Pesquisador, Professor e Pós-Doutorando na Área de Teoria Social Marxista e Serviço Social Crítico na Universidade Federal Fluminense (UFF / Niterói). Doutor em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP / Marília) com Defesa Pública no Centro de Documentação e Memória (CEDEM / São Paulo). Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: beto.dellasanta@gmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.